

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ANDRESSA MARTINI

**SISTEMAS DE PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DO MST EM SÃO BORJA -
RS**

**São Borja
2019**

ANDRESSA MARTINI

**SISTEMAS DE PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DO MST EM SÃO BORJA -
RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas - Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª: Nola Patrícia Gamalho

**São Borja
2019**

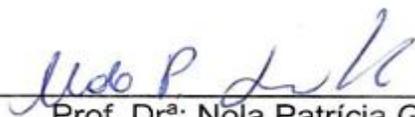
ANDRESSA MARTINI

**SISTEMAS DE PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DO MST EM SÃO
BORJA -RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas- Licenciatura da
Universidade Federal do Pampa,
como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Ciências
Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 04, de julho de
2019.

Banca examinadora:



Prof. Dr^a: Nola Patrícia Gamalho
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - São Borja
Orientadora



Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - São Borja



Prof. Dr^a. Carmen Regina Dornelles Nogueira
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - São Borja

Dedico este trabalho aos guerreiros
agricultores Marlene e Florindo Martini.

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus guerreiros pais, pois sem eles nada disto estaria sendo possível, obrigada por todo o esforço que fizeram até os dias de hoje para que eu pudesse concluir o curso.

Agradeço os meus irmãos Miriam e Éder, por me auxiliarem no possível desta caminhada acadêmica, assim como minha orientadora Nola Gamalho todos foram primordiais tanto na minha vida acadêmica e também pessoal.

Agradeço aos colegas de curso dos quais pude compartilhar tantas coisas boas no decorrer desses vários anos, em especial a Silvana Muniz, Rozane Mazzuco, Daniel Guimarães e Carina Boeira.

Um obrigado especial para meu pai que em noites turbulentas esteve sempre na presença do desenvolver deste trabalho, quando fez de seu leito de hospital minha escrivanhinha de conhecimento me proporcionando experiências da vida, e a oportunidade de colocá-las no papel.

Obrigada a toda comunidade assentada de São Borja pelo carinho como fui recebida e pelas informações que me foram repassadas para a formulação de Trabalho de Conclusão de Curso, assim como pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Agradeço imensamente meu companheiro e amigo de todas as horas Argemiro Sasso Robalo que me amparou nos momentos mais difíceis de minha vida, através desta força e apoio, se resulta este trabalho. Obrigada Argemiro por todas as vezes que me auxiliou nesta pesquisa.

Agradeço a todos os professores que de alguma forma contribuíram para minha formação acadêmica, em especial os professores Nola Gamalho, Edson Paniagua, Yascara Koga, Evandro Guindani e Carmen Nogueira. De maneira geral agradeço a todos que contribuíram na minha formação onde, foram anos de muito aprendizado, meu objetivo hoje é contribuir para um mundo justo e melhor.

“Sou um pessimista com a história do Brasil, cheia de corrupção, favores, desigualdades sociais e econômicas. Essas desigualdades atingem a todos”.

Roberto Romano

RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso de Ciências Humanas- Licenciatura consiste no estudo sobre os assentamentos localizados no município de São Borja. O objetivo da pesquisa se deu em compreender a constituição da estrutura fundiária brasileira, identificando e contextualizando historicamente os assentamentos em São Borja - RS e as relações de produção e comercialização dos produtos. A metodologia empregada foi a coleta de dados através de questionário semi-estruturado aplicado por amostra aos moradores dos assentamentos além de análise e revisão bibliográfica dos principais conceitos, pautando-se em obras, livros e legislações. Os dados colhidos tanto na pesquisa a campo e na análise de literatura buscaram abordar os assentamentos: Cristo Redentor, Cambuxim, São Marcos e Fazenda Caçacan, e descrever o processo histórico do sistema fundiário brasileiro juntamente com as relações produtivas e econômicas que os assentamentos proporcionaram no município onde estão inseridos. Os resultados da pesquisa culminaram na produção do presente Trabalho de Conclusão de Curso, partindo da descrição detalhada dos produtos produzidos dentro dos assentamentos, e na comercialização dos itens. Como resultados da pesquisa destaca-se a produtividade dos assentamentos e a sua relação direta com a economia do município, tornando-se parceiros produtivos e ativos na agricultura familiar. Outro fator em destaque na pesquisa foi a percepção das políticas públicas no cenário dos assentamentos. Identificou-se que para o processo e implementação bem como de produção, comercialização e permanência nos assentamentos se faz necessário o emprego de políticas públicas eficazes que auxiliem no processo de produção renda, segurança e acesso às necessidades básicas de sobrevivência humana.

Palavras chave: Sistema Fundiário; Assentamentos, Agricultura Familiar; Produção.

RESUMEN

El presente trabajo de conclusión del curso de Ciencias Humanas - Licenciatura consiste en el estudio de los asentamientos ubicados en el municipio de São Borja. El objetivo de la investigación fue comprender la constitución de la estructura de la tierra brasileña, identificando y contextualizando históricamente los asentamientos en São Borja - RS y las relaciones de producción y comercialización de los productos. La metodología utilizada fue la recopilación de datos a través de un cuestionario semiestructurado aplicado por la muestra a los residentes de los asentamientos, además del análisis y revisión bibliográfica de los conceptos principales, basados en obras, libros y legislación. Los datos recopilados tanto de la investigación de campo como del análisis de la literatura buscaron abordar los asentamientos: Cristo Redentor, Cambuxim, São Marcos y Fazenda Caçacan, y describir el proceso histórico del sistema de tierras brasileñas junto con las relaciones productivas y económicas que proporcionaron los asentamientos en el país. Municipio donde se insertan. Los resultados de la investigación culminaron en la producción del presente Trabajo de Finalización del Curso, a partir de la descripción detallada de los productos producidos dentro de los asentamientos y en la comercialización de los artículos. Como resultado, la investigación destaca la productividad de los asentamientos y su relación directa con la economía del municipio, convirtiéndose en socios productivos y activos en la agricultura familiar. Otro factor en la encuesta fue la percepción de las políticas públicas en el escenario de liquidación. Se identificó que para el proceso y la implementación, así como para la producción, comercialización y permanencia en los asentamientos, es necesario utilizar políticas públicas efectivas que ayuden en el proceso de producción de ingresos, seguridad y acceso a las necesidades básicas de la supervivencia humana.

Palabras clave: Sistema Fundiario; Asentamientos, Agricultura Familiar; Producción.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos assentamentos em São Borja-RS.....	36
Figura 2 – Organização do assentamento Cristo Redentor.....	46
Quadro 1 – Assentamentos Implementados em São Borja-RS.....	35
Quadro 2 – Produtos produzidos dentro dos Assentamentos	41
Mapa 1 – Estabelecimentos de agricultura Familiar no Rio Grande Do Sul	30
Mapa 2 – Estabelecimentos de agricultura não Familiar no Rio Grande Do Sul	31

LISTA DE ABREVIATURAS

n. – número

p. – página

f. – folha

cap. – capítulo

v. – volume

org. – organizador

LISTA DE SIGLAS

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação Histórica

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EMATER - Empresa de Assistência técnica e Expansão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem -Terra

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A REFORMA AGRÁRIA.....	17
2.1 A LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	19
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR: OS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST.....	26
3 ASSENTAMENTOS E A AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO BORJA - RS.....	31
3.1 DADOS HISTÓRICOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SÃO BORJA...34	
3.2 PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SÃO BORJA-RS.....	36
3.3 FONTE DE RENDA E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SÃO BORJA RS.....	40
3.3.1 ASSENTAMENTO SÃO MARCOS.....	40
3.3.2 ASSENTAMENTO CAMBUXIM.....	42
3.3.3 ASSENTAMENTO CRISTO REDENTOR.....	43
3.3.4 ASSENTAMENTO FAZENDA CASSACAN.....	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
APÊNDICES.....	56

1 INTRODUÇÃO

O processo de acesso à terra no Brasil não seguiu por um molde democrático equilibrado e justo. Um fator para tal fato constituiu o modelo em que o país foi colonizado e os acordos ligados às terras brasileiras que permitiram que a alta classe concentrasse a posse destas terras, um fator também oriundo do processo histórico em que o mundo vivia. A mais alta classe detinha o poder de produção e de domínio sobre os demais, comandando esta distribuição de terras ao seu interesse, com implicações ainda nos dias atuais.

As imensidões de terras concedidas a uma minoria acarretaram em um desequilíbrio de acesso que por sua vez proporcionou os grandes acúmulos de território nas mãos de uma classe dominante elitizada que por séculos manteve a posse para si deste patrimônio, que ao mesmo tempo significava poder sobre os demais. Esta posse de terra ociosa na qual não se produz hoje se denomina latifúndio, estando presente por todo o território brasileiro.

O desequilíbrio presente na distribuição de extensões territoriais e no acesso à terra, permeou por décadas juntamente com demais interesses coletivos da alta classe residente no país, com isso, uma nova visão de interesses ligados as classes sociais menos favorecidas deram face aos movimentos sociais iniciados em 1960. Segundo Ferreira (2003) foram os Movimentos Sociais, que a partir das ações de grupos organizados objetivavam determinados fins. Uma referência de luta coletiva para o acesso à terra se dá com o "Movimento Sem Terra- MST", no qual tange seus objetivos em uma reforma agrária efetiva de acesso à terra para todos através de uma produtividade de terras ociosas, latifundiárias, e\ou irregulares.

Esta luta de acesso a terra apresentou seus frutos na década de 1980, com a oficialização e a criação dos primeiros assentamentos rurais de uso para agricultura familiar, campesina e de produção diversificada, estabelecendo economias e modos de produção, e comercialização em centros urbanos para fins de sustento e independência familiar.

Atualmente o Rio Grande do Sul contém assentamentos do movimento MST. Em São Borja o movimento apresenta os seus primeiros assentamentos na década de 1990. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Incra, responsável por apresentar dados relativos a agricultura e a terra no Brasil, aborda que no ano

de 2017, existiam 345 assentamentos um total de 12.413 famílias em uma área total de 294.194ha no Rio Grande do Sul. Em São Borja, haviam cinco assentamentos: Cristo Redentor, Cambuxim, Cassacãn, São Marcos e Conquista das Missões. Quatro destes assentamentos foram implementados entre os anos 1990 e 2002, restando apenas um que foi incorporado recentemente, no ano de 2014, não apresentando ainda bases produtivas e meios de produção, portanto não sendo parte dos estudos dirigidos aos sistemas produção, no qual este trabalho de conclusão de curso compreende. Os demais assentamentos desenvolvem atividades rurais, localizados no interior do município em faixas territoriais demarcadas como antigos latifúndios da região e disponibilizadas ao MST, formando pequenos povoados denominados por alguns de vilarejos ou fazendas, pois a dimensão territorial disponibilizada não compreende grandes extensões territoriais, sendo assim pequenos agricultores em sua maioria.

Neste sentido, o problema de pesquisa tem o seguinte questionamento: Como se estabeleceram e se desenvolveram os assentamentos no município de São Borja-RS? Como ocorre o sistema de produção e comercialização dos produtos produzidos dentro dos assentamentos?

O presente trabalho de conclusão do curso em Ciências Humanas – Licenciatura consiste em um estudo dos assentamentos Cristo Redentor, Cambuxim, São Marcos e Fazenda Cassacan. Dentre os objetivos específicos da pesquisa tem-se: A compreensão do processo de divisão das terras Brasileiras; Análise da estrutura fundiária brasileira, e descrição dos sistemas de produção e comercialização dos produtos produzidos dentro dos assentamentos de São Borja-RS. Buscou-se analisar as relações produtivas, de forma a descrever o processo histórico dos assentamentos locais no município de São Borja -RS destacando as estruturas dos assentamentos para se compreender a relação produtiva e a comercialização de seus produtos. O amparo teórico de deu por base em obras, sites, artigos científicos, publicações digitais e leis. Compreende-se que este trabalho de conclusão de curso poderá ser um auxílio às demais produções acadêmicas que tenham por base a mesma temática envolvida, assim como produzir conhecimentos sobre São Borja que poderão ser aproveitados no Ensino Básico.

Os procedimentos metodológicos foram:

- Levantamento Bibliográfico: Foram analisadas obras como: A formação do MST no Brasil, do autor Bernardo Mançano Fernandes; A geografia das lutas no campo do autor Ariovaldo Umbelino Oliveira; 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor da autora Maria da Glória Gohn. Além de um Trabalho de conclusão de curso, integrante da biblioteca da Universidade Federal do Pampa com a temática: História e organização das famílias do assentamento Cristo Redentor no município de São Borja, da autora Tatiane Rodrigues de Lima. Foram pesquisados sites em busca de dados como o Incra e IBGE.

- Levantamento e análise das legislações voltadas às questões de terras no Brasil; como a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

- Dados estatísticos fornecidos pelo Incra, e pelo IBGE.

- Levantamento primário em trabalho de campo com visitas que buscaram captar informações elencadas pelos moradores dos assentamentos e traçaram os processos produtivos das localidades analisadas. Esta coleta de dados se deu pelo uso de questionário semi-estruturado, aplicado com 12 moradores dos assentamentos, respectivamente 3 moradores para cada assentamento analisado. Buscando os mais variados dados para a pesquisa.

Compondo este estudo encontram-se 04 assentamentos ligados ao MST em São Borja, sendo 02 reconhecidos pelo Incra de responsabilidade das Unidades Federativas do estado¹ e 02 sob responsabilidade do governo federal. Os dados obtidos foram transpostos, e compõem a análise deste trabalho, com a elaboração de quadros e transcrição das falas dos moradores.

No primeiro capítulo busca-se abordar o processo de distribuição e de redistribuição das terras no Brasil de forma a salientar um olhar crítico sobre o **primeiro** processo de divisão territorial, e as suas consequências sobre estas

¹ Projeto de Assentamento Estadual a obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas. O aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários. O Incra reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;

políticas que futuramente culminaram em um processo econômico e social de desigualdade territorial e de acesso desigual para a população. Destacam-se as legislações que contribuíram para o processo de distribuição do território como a Lei 601/1850 e o processo de imigração responsável pelas primeiras colônias alemãs e Italianas. Outro assunto que é abordado dentro do mesmo capítulo parte dos processos coletivos em busca do direito à terra e a reforma agrária brasileira, o MST, e os assentamentos rurais.

O capítulo segundo tem por objetivo descrever a agricultura familiar, sua função, características e o seu papel dentro dos assentamentos rurais. Objetivou-se dar enfoque sobre a importância e o fator da agricultura Familiar estar inserida dentro dos assentamentos do município de São Borja, onde a concentração de famílias voltadas para esta economia é significativa.

O terceiro capítulo parte de um apanhado histórico dos assentamentos no município de São Borja, sua localização tamanho e número de famílias, as principais atividades as fontes de renda, as formas de produção e os produtos produzidos bem como a comercialização dos itens. Os dados que compõe este capítulo estão vinculados à pesquisa de campo realizada através de visitas e de questionários semi-estruturados que ocorreram entre os meses de março a maio do ano de 2019 com algumas famílias de cada assentamento.

Por fim, destaca-se que os sistemas de produção e a comercialização dos produtos produzidos dentro dos assentamentos foram os fatores de destaque da pesquisa e estão mencionados no decorrer do texto. Outros fatores consequentes destas formas de produção como a renda familiar e a organização coletiva, também encontram-se mencionados pois compreendem mesmo que de forma coadjuvante a pesquisa realizada.

2 A CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A REFORMA AGRÁRIA

Segundo Fernandes (2000), o Brasil é um dos países com maior concentração de terras. Em nosso território encontram-se grandes latifúndios. A Concentração e improdutividade possuem raízes históricas, desde o início da ocupação portuguesa. A forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje.

A concentração de terras segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC tem relação com as primeiras restrições vindas de legislações sobre as expansões territoriais para imigrantes. Neste processo, algumas colônias já tornaram-se fazendas produtivas, ligadas a economia brasileira. Outras, no entanto, foram vendidas e incorporadas a latifúndios. A compra destas terras, ampliou o problema de terras ociosas. Com isso, em 2010, as terras improdutivas² e/ou ociosas representavam 40% das grandes propriedades rurais brasileiras, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -Incra (2013).

Sobre os latifúndios brasileiros, Pellegrini (2015) reflete que ao todo, 228 milhões de hectares estão abandonados ou produzem abaixo da capacidade, o que os torna sem função social e, portanto, aptos para a reforma agrária de acordo com a constituição. Embora a presença de latifúndios seja expressiva no país, é possível que seu número seja ainda maior, isso porque os dados colhidos pelo Incra são baseados em auto declaração. Em última instância, depende do proprietário declarar-se produtivo ou não, o que abre espaço para uma subnotificação dos dados.

Leite e Avila (2007) descrevem a criação da reforma agrária brasileira como uma resposta aos anseios da população, surgindo sob uma perspectiva do pensamento reformista nos anos de 1950 e 1960. Foi concebida como uma demanda global de transformação da sociedade, visando três objetivos: a democratização política por meio da ruptura do poder político tradicional, a redistribuição da riqueza e da renda e a formação do mercado interno. No entanto, a modernização conservadora da agricultura contrariou o significado clássico da

² O imóvel (propriedade rural) que embora seja agricultável, se encontra total ou parcialmente inexplorado pelo seu ocupante ou proprietário, ou com problemas tributáveis. Tornando-se passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

reforma agrária, uma vez que a terra e a riqueza continuaram concentradas em prol dos setores agrários tradicionais e dos novos interesses agroindustriais.

Para tanto, se faz necessário compreender os objetivos da reforma agrária, qual a sua finalidade e como ela foi projetada inicialmente, para posteriormente compreender a nova reforma agrária proposta pelo MST. Para isso analisa-se as palavras de Sampaio (2012) que a descreve sob uma crítica ao modelo neoliberal:

Na realidade, o objetivo da reforma agrária neoliberal nunca foi modificar a estrutura fundiária do país, mas apenas empurrar o problema para frente, afastando o risco imediato de uma conflagração no campo, pelo isolamento dos homens pobres em regiões remotas do país. A finalidade oculta de depositar os homens pobres longe da civilização mantendo-os dispersos uns dos outros foi bem sucedida [...]. Ao reduzir o programa fundiário à mera distribuição de lotes de terra e a providências de regularização da propriedade dos posseiros, ignorando propositalmente a necessidade de dar ao assentado assistência técnica, comercial e financeira, os beneficiários da reforma agrária na sua grande maioria nunca superaram o estado de penúria e extrema instabilidade, permanecendo sempre vulneráveis aos ataques do latifúndio e da especulação fundiária (SAMPAIO, 2012, p. 31-32).

O enfoque que Sampaio dá a reforma agrária está ligado às estruturas do capitalismo. A reforma agrária é uma política pública que nasce das reivindicações dos camponeses em todo o país. Sampaio (2012) descreve a reforma agrária como uma política dependente de outras, como exemplo dependente das políticas públicas e dos auxílios a comunidade assentada, buscando uma emancipação na qualidade de vida dos assentamentos.

Voltando a face da reforma agrária e a sua evolução ao longo dos anos, é necessário expor que a reforma agrária no governo de José Sarney³ teve ação através do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Segundo Morissawa (2001, p. 107) " o objetivo do plano era dar aplicação rápida ao estatuto da terra e viabilizar a reforma agrária". Porém, o PNRA sofreu inúmeras alterações até chegar em sua versão final e aprovação em 10 de outubro de 1985, como nos mostra Feliciano:

O roteiro propunha o assentamento de três milhões de famílias em dez anos, fazendo com que a efetivação de uma reforma agrária constasse em mudanças estruturais também nos próximos mandatos. Nos recuos do plano, o governo chegou ao número de 1,4 milhões de famílias em quatro

³ Em outubro de 1985, fora apresentado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), pelo presidente José Sarney representante do partido PMDB.

anos, vendo como desnecessária as discussões para as próximas administrações (FELICIANO, 2006, p. 38).

Segundo a interpretação de Feliciano (2006), o PNRA sofreu 12 versões. Tinha como meta de assentar 1.4 milhões de famílias, porém o plano continha mudanças significativas que impossibilitariam a sua efetivação. Segundo o autor, o principal obstáculo na realização da reforma agrária foi com relação aos latifúndios que estariam cumprindo com sua função social, assim considerados produtivos e por este motivo não poderiam ser desapropriados para fins de reforma agrária, um problema enfrentado até os dias atuais.

A reforma agrária é um processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política (SILVA, 1971, p. 37).

Silva (1971) define que a ideia de reforma está centrada, principalmente, na redistribuição da terra que no tocante ao Brasil adentra questões idealistas, partidárias, que não permitem seu avanço. No Brasil, a reforma agrária não se realiza ou não se realizou, devido, justamente, pela intencionalidade de redistribuição da propriedade da terra.

Sobre a criação dos assentamentos através da reforma agrária, Leite e Avila (2007) descrevem que o resultado direto do acesso à terra é a segurança da produção agrícola e a abertura de mercados de trabalho. A produção própria de alimentos através da agricultura familiar e a garantia de emprego em sua própria terra contribuem para o papel estratégico do autoconsumo e uma sustentabilidade própria. A reforma agrária também beneficia os trabalhadores rurais assalariados. Uma vez que pequenas propriedades estimulam mão-de-obra externa através de comércios de sementes, combustíveis, serviços de mecânica, serviços técnicos relativos à terra; e a renda advinda da terra passa a ser gasta na aquisição de bens e produtos produzidos localmente.

2.1 A luta pela terra no Brasil

O contexto histórico nacional relativo às questões da terra no Brasil é complexo. Inicia conjuntamente com a ocupação do que viria a ser o território

Brasileiro em 1500. A exploração econômica no princípio foi extrativista. Posteriormente, foram executadas ações para ocupação territorial com a distribuição de terras.

Vignoli (2010), em sua breve participação na obra "Formação econômica do Brasil"⁴, aborda os fatos históricos da coroa portuguesa e as temerosas invasões estrangeiras no território Brasileiro que se tornaram um problema. Esse temor real advinha dos corsários e piratas ingleses, franceses e holandeses que estavam saqueando as riquezas da terra recém ocupada, sendo necessário à corte Portuguesa a alternativa de colonizar o Brasil e administrá-lo de forma eficiente para que não perdesse bens e território. Com isso, surge a divisão de terras chamada de Capitânicas Hereditárias, em 1534. O sistema de capitânicas não obteve tal êxito pelo fato da grande extensão territorial e a falta de recursos econômicos, além dos constantes ataques indígenas (Vignoli, 2010). Desta forma, as diversas transformações levaram a uma redistribuição do território existente, que não atingiu de forma igualitária a todos, trazendo à tona a má distribuição territorial do país.

As capitânicas hereditárias eram concedidas pela coroa portuguesa a donatários que não tinham autorização para vendê-las, porém poderiam entregar parcelas destas terras a outras pessoas que quisessem produzir (MORISSAWA, 2001, p. 58).

Essas parcelas de terras eram chamadas de sesmarias. A partir de 1850, com a lei de terras, a terra passa a ser uma mercadoria passível de ser adquirida através da compra, porém os indígenas, africanos e afro-brasileiros e, mais tarde os imigrantes, continuariam excluídos deste direito.

Percebendo ser inevitável o fim da escravatura, e também diante dos conflitos por terra em várias regiões, especialmente no Sudeste cafeeiro, a Coroa brasileira estabeleceu uma lei restringindo o direito de posse da terra. Isso para que os escravos, os brasileiros pobres, os posseiros e os imigrantes não pudessem se tornar proprietários, mas sim constituíssem a mão-de-obra assalariada necessária nos latifúndios. Por essa lei só poderia ter terra quem as comprasse ou legalizasse as áreas em uso nos cartórios, mediante o pagamento de uma taxa para a coroa. Portanto a lei de terras significou o casamento do capital com a propriedade da terra. Com isso a terra foi transformada em uma mercadoria à qual somente os ricos poderiam ter acesso (MORISSAWA, 2001, p. 70-71).

⁴ Obra publicada em 2010 que busca descrever o processo de formação do sistema produtivo brasileiro, uso das terras, a divisão de terras e os primeiros povoados característicos de cada povoado e estado brasileiro.

Costa (1996) destaca uma fonte primária, um dos documentos principais sobre a divisão de terra no Brasil: A Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850⁵; Foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil, sendo uma forma de organizar a posse de terras com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país. Sendo a venda de terras a alternativa utilizada, beneficiando as parcelas mais abastadas da sociedade e ampliando as desigualdades que se apresentavam latentes.

A lei e Terras de 1850, além de estabelecer que a partir de então ficava proibida a aquisição de terras públicas mediante qualquer outro meio senão a compra, revalidou a posse de terras limítrofes do país com o estrangeiro. Em sua visão Lima (1954) aborda que os setores que defendiam a aprovação do projeto argumentavam que a venda de terras públicas a preço alto impediria o acesso à terra por parte dos imigrantes, forçando-os a trabalhar nas fazendas. Com isso o dinheiro arrecadado com a venda das terras possibilitaria ao governo incrementar a imigração, resolvendo momentaneamente os problemas com a força de trabalho.

Logo, a adoção desses preceitos significava que a propriedade da terra só seria conquistada pelo imigrante através do seu trabalho, realizado previamente nas fazendas de café. Em outras palavras (...) num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa (MARTINS, 1979, p. 32).

O advento da Lei de Terras estava associado à necessidade de mão-de-obra que substituísse os escravos, pois, foi promulgada no mesmo ano da lei Eusébio de Queiroz que previa o fim do tráfico negreiro. Porém há também outros elementos de ordem econômica, como bem coloca Silva (1996), salientando que esta nova forma de redistribuição de terras seguia uma norma de compra como única forma de obtenção de terras públicas. Desta forma, inviabilizou os sistemas de posse ou doação para transformar uma terra em propriedade privada. O governo imperial pretendia arrecadar mais impostos e taxas com a criação da necessidade de registro e demarcação de terras.

Silva (1996) coloca a Lei de Terras como um objetivo econômico, para reforçar os recursos do Estado Imperial. A lei buscava a legitimação, visando vender

⁵ Trata-se de uma legislação específica para a questão fundiária. Esta lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia, em definitivo, o regime de sesmarias. Muito embora não tenha havido revogação formal, considera-se que a mesma foi derogada quando da edição da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (o "Estatuto da Terra"), que trata do mesmo assunto.

terras para serem cultivadas. Havia, portanto, um interesse diferenciado de formar as colônias no país. Interesse este aplicado em pequenas propriedades localizadas no Sul do Brasil, que receberam diversos imigrantes entre eles, alemães e italianos através da Lei provincial nº 304 de 1854, que autorizava o governo a comprar terras para construção de pequenas colônias. Segundo Vignoli (2010 p.120) estas primeiras colônias "originaram os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi, São Marcos, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Antonio Prado, Veranópolis e Carlos Barbosa". Localidades estas que constituíram uma importante região Vinícola no País.

Fausto (1994) frisa que além da Lei de Terras, o código Comercial de 1850, promulgado com base em acordos dentre portugueses e franceses, definia e desenhava as ações comerciais no Brasil. Era já uma primeira tentativa de mudanças no sentido de uma modernização capitalista, criando-se um mercado de trabalho, de terras, e de recursos disponíveis. Caldeira (1995) menciona como figura de grande destaque neste período, Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá. Suas atividades abrangeram diversos setores, e sua propriedade de terras era umas das maiores no país.

A aliança do poder aristocrático da Coroa com as elites agrárias locais permitiu construir um modelo de Estado que defenderia sempre, mesmo depois da independência, os intentos de segmentos sociais donos da propriedade e dos meios de produção (WOLKMER, 2007, p. 50).

As primeiras legislações marcaram uma divisão desordenada e desigual da terra brasileira que permanece na atualidade. Houve, portanto, um favorecimento para redistribuição desigual através das legislações impostas. Estas desigualdades de acesso a terra começam a ter representatividades com os movimentos sociais inseridos no Brasil na década de 1960, onde surgem as primeiras ideias do Movimento Sem Terra.

Em uma abordagem da história, Gohn (2000) destaca que a repressão militar principalmente na década de 1960 dificultou a permanência e existência de novos movimentos sociais, e que estes retomam com grande força na década de 1980. As lutas por direitos estavam ligadas a uma busca por acesso ou igualdade em nossa sociedade como um resultado das desigualdades absorvidas no processo colonizador brasileiro. Estas desigualdades também são um emaranhado de

desequilíbrio de direitos e do processo capitalista também inserido no Brasil que modificou a economia brasileira.

Desde os tempos do Brasil colônia, a sociedade brasileira é pontilhada de lutas e movimentos sociais contra a dominação, a exploração econômica e, mais recentemente, contra exclusão social. A memória histórica registra lutas de índios, negros, brancos e mestiços pobres que viviam nos vilarejos, e brancos pertencentes às camadas médias influenciados pelas ideologias libertárias, contra a opressão dos colonizadores europeus (GOHN, 2000, p. 15).

Aproximadamente nos anos 1960, despertam-se os interesses de várias classes sociais, que não faziam parte da elite social. Classes compostas por trabalhadores, camponeses, agricultores em busca de direito à terra e que também encontraram dificuldades na repressão da ditadura militar conseguindo resultados positivos na década 1980. Um destes movimentos em destaque é o Movimento Sem Terra -MST, onde sua criação efetiva se dá na mesma década de 1980.

A semente do MST foi plantada em 7 de setembro de 1979, ainda em plena ditadura militar, quando aconteceu a ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Muitas lutas, nesse estado e em todo o país, foram gerando lideranças e incrementando a consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo mais alto: a reforma agrária (MORISSAWA, 2001, p. 123).

Assim como a maioria dos movimentos sociais que se formam no Brasil, o MST mostra suas ações fundando-se posteriormente como um movimento expressivo. Destaca-se que apesar das primeiras ocupações ocorrem em 1979 as ações que envolviam uma luta pela terra pautada em uma redistribuição de terras através de uma reforma agrária, inicia anteriormente em meados dos anos 1960.

Palmares, Canudos, Contestado, greves nos cafezais paulistas, muitos tem sido os exemplos de luta na história dos trabalhadores e rebeldes. Foi, pois, nesse processo combativo que os trabalhadores do campo foram forjando os movimentos sociais de luta pela terra e pelo estabelecimento de relações de trabalho condizentes com a dignidade humana (OLIVEIRA,1994, p. 22).

Após as discussões que envolviam as terras brasileiras e, juntamente com as alterações legislativas marcadas pela luta à posse de terra, surge em 1984 o MST. Suas reivindicações consistiam nas questões relativas ao trabalhador do campo,

redistribuição de terras e principalmente no tocante, à luta pela reforma agrária brasileira.

Com o crescimento da luta e da organização, os trabalhadores rurais expropriados retomaram o cenário político através das lutas populares. Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceu nesse processo foi o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. As referências históricas sobre sua origem são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra (FERNANDES, 1998, p.13).

O Movimento buscou força com a expectativa da Constituição Federativa do Brasil de 1988, denominada Constituição Cidadã, onde o MST almejava ter suas reivindicações atendidas e asseguradas pela carta magna. Essa assegurou em seu Artigo 184, a desapropriação de terras, o que se considerou um avanço em busca da reforma agrária.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária (BRASIL, 1988, s/p).

Todavia, segundo Gohn (2000) e Oliveira (1994) a carta magna produziu poucos amparos ao MST. Dessa forma, o movimento segue com demandas de reforma agrária e políticas públicas para o campo até os dias atuais e em busca de uma igualdade de acesso e de uma produção baseada no cultivo da terra.

Através das conquistas, geradas através do MST, o Incra cita, o Decreto nº 97.766, de 10 de outubro de 1985, que instituiu um novo Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA, com a meta de destinar 43 milhões de hectares para os

assentamentos de 1,4 milhão de famílias até 1989. Criando-se para isso o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad), mas quatro anos depois os números alcançados foram modestos perante a meta: apenas 82.689 famílias assentadas em pouco menos de 4,5 milhões de hectares.

Para Barbosa et.al (2014), quando observamos a dinâmica agrária da sociedade brasileira nos últimos 20 anos, podemos verificar seu caráter de interesse altamente contraditório materializado no elevado e crescente número de localidades em conflito por terra/ água, que abrange milhares de famílias.

Desde a instalação dos movimentos em busca de terras os conflitos tornaram-se inevitáveis. Observa-se grande quantidade de proprietários e\ou latifúndios de terras improdutivas ou até mesmo imensidões de terras atreladas a união, com buscas ou pendências judiciais, sem uso econômico. Do outro lado, trabalhadores rurais sem posse de terras em busca de território para cultivar.

Oliveira (2011) descreve que, os grupos sociais envolvidos nas lutas pelo acesso à terra são: os camponeses posseiros, os camponeses sem terra, e os camponeses assentados/prorietários. Também participam da luta pela demarcação de seus territórios os quilombolas e os povos indígenas.

O número de ocorrências de conflitos no campo envolve milhares de pessoas. A distribuição territorial dos conflitos continua presente em todo país, mostrando que estes impasses por terra não ocorrem apenas em áreas de fronteira, mas também em áreas de ocupação antiga dominada pela agricultura empresarial mecanizada. Cabral (2015) relata que em 2015, 50 pessoas foram mortas em razão de conflitos no campo, em situações de conflitos trabalhistas, pela água, pela terra, questão ambiental e em manifestações. Nesta estatística descrita por Cabral (2015) ainda se encontra o índice de que 59 militantes sofreram tentativa de homicídio e 144 pessoas foram ameaçadas de morte. Já a Comissão Pastoral da Terra - CPT, destaca que os conflitos, ocorrem principalmente com madeireiros, mineradores, grileiros⁶, além do próprio governo federal, com a instalação de grandes obras de infraestrutura.

⁶ O termo "grilagem" provém de uma técnica usada para o efeito de envelhecimento forçado de papéis, que consiste em colocar escrituras falsas dentro de uma caixa com grilos, de modo a deixar os documentos amarelados (devido aos excrementos dos insetos) e roídos, dando-lhes uma aparência antiga e, por consequência, mais verossímil. A **grilagem de terras** é a falsificação de documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros, bem como de prédios ou prédios indivisos. O termo também designa a venda de terras pertencentes ao poder público ou de

Pietrafesa (2013) destaca que as ações geradoras dos conflitos nos espaços rurais somadas às necessidades imediatas dos camponeses, os tornaram protagonistas pela luta da terra. A forma de se posicionarem como sujeitos de direitos das lutas, aprimora a construção de novos saberes e novas possibilidades de organização social. É através das conquistas de seus direitos que ocorre a retirada da vivência na miséria, no desemprego, na violência e no êxodo rural a qual o sistema os lançou.

Vale ressaltar que, nesta disputa o fator predominante encontra-se atrelado a uma reforma agrária frágil, que busca atender interesses distintos, que por vezes não fomenta as minorias sociais, despreza os movimentos sociais e não atinge os resultados almejados. Por parte, e como consequência disso, o modelo capitalista de produção nacional, apoiado por brechas existentes na área legislativa, permite que, distorções sejam corriqueiras e ampliem ainda mais os violentos conflitos já existentes, entre ricos e pobres, entre sem terras e latifundiários.

Outro fator em destaque é a alteração da função social da terra bem como a sua forma de utilização. No primeiro momento ela torna-se produtiva através do cultivo diversificado. Após sua transformação em terra cultivável comumente passa a envolver toda a família através do sustento familiar, pautado em uma agricultura familiar diversificada.

2.2 Agricultura familiar: Os assentamentos rurais do MST.

Inicialmente, é necessário destacar que ao abordar a agricultura familiar, o conceito "campesinato"⁷ também encontra-se inserido, uma vez que diversas fontes teóricas classificam a produção familiar como campesinato e como agricultura familiar. Assim, optou-se por não explorar as diferenciações conceituais sobre esses conceitos.

Para Thorner (1987, p. 52), "o campesinato, deve ser entendido como uma forma de economia natural". Nesta totalidade, a atividade é orientada para satisfazer

propriedade particular mediante falsificação de documentos de propriedade da área. O agente de tal atividade é chamado **grileiro**.

⁷ Ação com o uso de Recursos Naturais, seja a posse e/ou o uso da terra, água, florestas, biodiversidade, etc., cujo trabalho está centrado na força da família, embora possa contratar serviços temporário e/ou prestar serviços para terceiros e a centralidade da reprodução social está na família.

as necessidades de cada unidade de produção, ou seja, os indivíduos que compõe a família e que são ao mesmo tempo, unidades de consumo. Portanto, o campesinato ocorre como a geração de renda e de sustento do núcleo familiar, sendo ao mesmo tempo ambíguo. Por um lado é o sustento familiar para a renda e economia da família, e por outro modo age como uma ferramenta capaz de suprir as necessidades de consumo dos próprios indivíduos produtores.

A agricultura familiar sempre esteve presente no ramo agrário brasileiro e viu na década de 1990 a sua importância ser impulsionada e expressada pelo MST. As reivindicações que por décadas se faziam presentes repercutiram na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf. Como aponta Santos e Fontoura:

Após séculos de condições sociais, políticas e econômicas que inviabilizaram o desenvolvimento da agricultura de base familiar neste país, o Estado brasileiro passa a reconhecer, em meados dos anos 90, a importância da agricultura familiar, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (SANTOS; FONTOURA, 2006, p. 59).

A política Nacional da Agricultura Familiar, amparada sob a lei 11.326/2006 estabelece como a agricultura familiar os estabelecimentos que possuem até 4 (quatro) módulos fiscais correspondentes ao módulo fiscal do município. Para tanto além das regras que envolvem a extensão de terra também há a necessidade de possuir mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Estes requisitos configuram legalmente o estabelecimento de agricultura familiar.

Para Guanziroli (1996 apud CARMO, 2000), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de consanguinidade ou de casamento e onde a maior parte do trabalho é fornecida pelos membros da família. Na atualidade é possível identificar a agricultura familiar além dos laços familiares ou consanguíneos, estando presente hoje nas relações e plantios coletivos como por exemplo em assentamentos rurais.

Ao abordar sobre a agricultura familiar, faz-se necessário descrever que a legislação atual assegura a propriedade familiar em lei. A Lei nº: 4.504/1964,

denominada Estatuto da Terra, caracteriza como imóvel de agricultura familiar aquele que é pessoalmente explorado para fins familiares de subsistência, de uso próprio e de pequena extensão. Abaixo como demonstração segue o artigo 4º da lei.

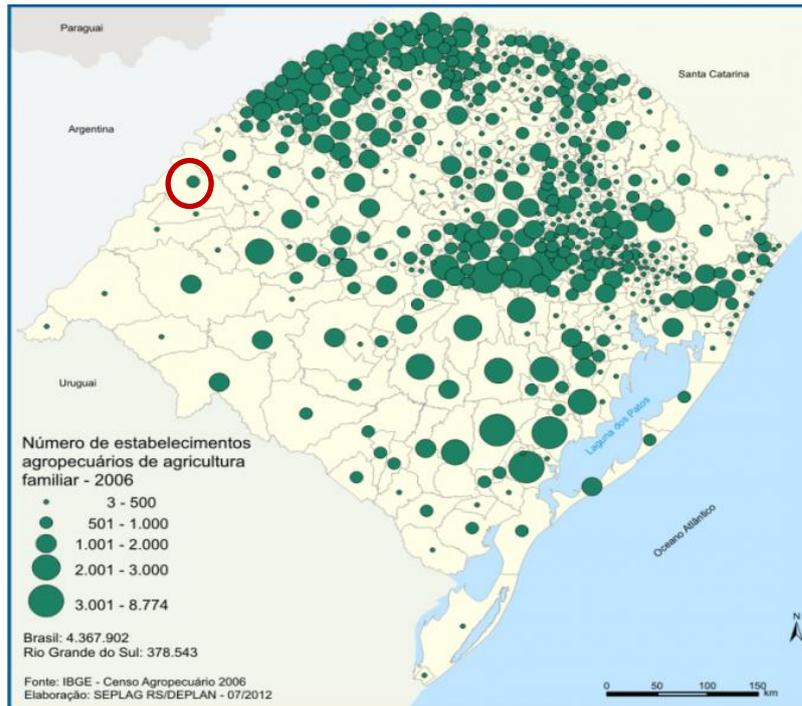
Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros (BRASIL, 1964, s/p).

É possível destacar que o Censo Agropecuário Brasileiro, realizado pelo IBGE em 2006, verificou a força e a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país. Revelou que aproximadamente 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país são da agricultura familiar. Em termos absolutos, são 4,36 milhões de estabelecimentos agropecuários. Entretanto, a área ocupada pela agricultura familiar era de apenas 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área total ocupada por estabelecimentos rurais. Neste ponto pode-se destacar a força de produção ligada aos assentamentos, onde sua produção majoritariamente está relacionada a uma agricultura familiar.

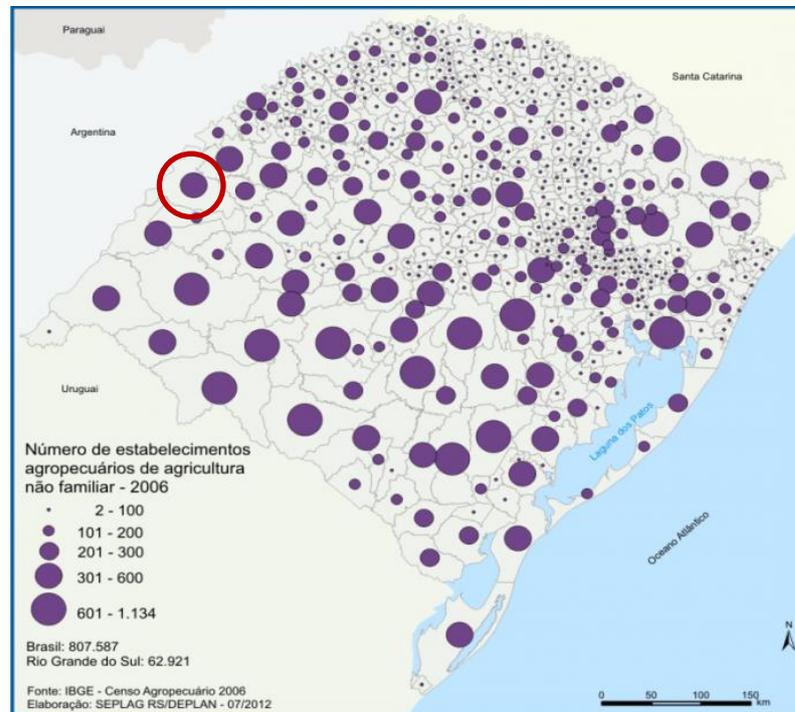
As palavras Guanzioli (1994) descrevem a importância da agricultura familiar como um elo fundamental da modernização de certas cadeias de agroindústria, devido essencialmente à sua flexibilização estrutural, tanto no que se refere ao processo produtivo, como às fontes de renda. Mesmo que sua vocação esteja essencialmente ligada à policultura associada à pecuária, ela pode adaptar-se à monocultura de acordo com a demanda de mercado.

Mapa 1- Estabelecimentos de agricultura Familiar no Rio Grande Do Sul



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande Do Sul /2006⁸.

Mapa 2 - Estabelecimentos de agricultura não Familiar no Rio Grande Do Sul.



Fonte: Atlas Socioeconômico Rio Grande Do Sul /2006⁹.

⁸Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/organizacao-produtiva>>. Acesso em Maio 2019.

⁹Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/organizacao-produtiva>>. Acesso em Maio 2019.

Com base na análise dos mapas 1 e 2 e do censo agropecuário de 2006, observa-se que o estado possui 441.472 estabelecimentos agropecuários, 378.543 classificados como familiares e 62.921 como não familiares. Já a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários familiares era de pouco mais de seis milhões de hectares, enquanto que a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários não familiares era de quatorze milhões de hectares. O valor da produção da agricultura familiar foi de mais de 9 bilhões de reais, incluindo o valor agregado da produção da agroindústria gerado pela agricultura familiar, enquanto que o da agricultura não familiar foi de 7 bilhões e 600 milhões de reais, incluindo o valor agregado da produção da agroindústria gerado pela agricultura não familiar.

Em destaque no mapa, encontra-se o município de São Borja, formado por grandes propriedades rurais e concentração de terra. Em contra partida, com uma produção familiar que varia entre 501 a 1000 estabelecimentos. Esta agricultura familiar, na maior parte encontra-se inserida nas pequenas propriedades rurais e nos assentamentos rurais que o município possui.

Portanto, salienta-se que a agricultura familiar presente dentro do município, advém das diversas produções que abastecem parte dos comércios da cidade. A agricultura familiar encontra-se desenvolvida pelos pequenos produtores no município, e nas suas atividades com a terra, através das mais variadas formas de cultivo para ampliação da renda familiar.

3 ASSENTAMENTOS E A AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO BORJA - RS

A cidade de São Borja, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013), está localizada a 600 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A cidade é banhada pelo rio Uruguai e cidade irmã de Santo Tomé, pertencente à Argentina. A formação do povoado inicia-se anteriormente ao ano de 1682, quando a localidade recebe o nome de São Francisco de Borja, onde obteve seu nome reduzido a São Borja utilizado até os dias de hoje.

Silva et.al (2012) descreve que o município possuiu suas raízes marcadas pelos resquícios dos povos jesuítas, sendo considerado o povoado mais antigo dos Sete Povos das Missões. Sua economia é majoritariamente da agropecuária e mantém a presença de latifúndios em grande quantidade. A redistribuição de renda e as condições sociais da população do município são muito desproporcionais.

A produção agrícola, no município de São Borja, para Silva et. al (2012), está presente nos campos do Pampa. A pecuária também se faz predominante e é enraizada nas tradições do município. As produções de hortaliças e frutas na cidade não atingem a necessidade local e a maioria dos alimentos precisam vir de outras cidades. Há pequenas parcelas de produção agroecológica e as terras são ocupadas quase que exclusivamente por plantação de grãos e criação extensiva de gado.

A agricultura familiar, que corresponde a uma pequena parcela da produção no município, se faz presente dentro dos assentamentos ligados ao MST, onde se encontra fortemente preservada sendo a alternativa usada por famílias assentadas e alguns pequenos produtores com terra própria. Vale salientar que a agricultura familiar que é utilizada pelos assentados tem a finalidade de sustento familiar através de comercialização nos centros de comércio da cidade.

Segundo Caldart (2012 apud SILVA et.al 2012), o assentamento é uma unidade produtiva que possui relação de consumo, trabalho, moradia, lazer, vida, sociabilidade e cotidianos relacionais. Ainda, segundo as autoras, os assentamentos assumem várias configurações: coletivos; individuais; agrícolas; pluriativos; habitações em lotes; frutos de programas governamentais, com poucas/muitas famílias ou organizados politicamente por cooperativas e movimentos sociais.

Para Silva et. al (2012) nos assentamentos de São Borja há um traço comum: a precariedade e carência de infraestrutura básica, característica que se repete na

maioria dos projetos de assentamento, penalizando as famílias e submetendo-as a condições de vida difícil. Cada um dos assentamentos iniciantes possui uma transição¹⁰ e é totalmente diferente dos demais, em forma e em conteúdo produtivo. A vida camponesa na região de São Borja possui uma estrutura e sistema de produção da agricultura familiar distinta da agricultura capitalizada. Outro fator importante relato pelos assentados é o fato de não serem vistos pela comunidade geral como parceiros produtivos.

Portanto, é necessário salientar que a parcela da agricultura familiar no município de São Borja está centrada em parte nas famílias assentadas pela reforma agrária na região, e também em famílias na área rural, em granjas e fazendas no entorno fronteiro, que utilizam desta ferramenta como forma de sustento familiar. A representação desta produção se mantém pequena no município voltada para a renda familiar, não sendo vista como uma potencial ferramenta econômica. Um fator responsável pela baixa utilização desta forma de produção se dá pela agricultura intensiva que vem dominando as áreas cultiváveis do município.

Através do avanço ligado a implementação dos assentamentos, a produção familiar atrelada a agricultura familiar se mostra presente. Uma característica dos assentamentos é a produção para a comercialização local, criando assim cadeias de produção, responsáveis pela renda familiar.

As produções agrícolas ligadas aos assentamentos estudados correspondem até 4 (quatro) módulos fiscais¹¹, ou seja, regionalmente correspondem a 20ha por módulo fiscal. Portanto, dentro desta classificação, caracteriza-se agricultura familiar, ou camponesa aquela que está estabelecida dentro de uma área máxima de 80ha no município de São Borja RS.

A policultura encontra-se presente, sendo observado produções de milho, soja, cana-de-açúcar, pastagens e hortaliças. A base de subsistência por vezes é a produção manual, e a comercialização *in loco*¹², ou nos centros urbanos mais próximos.

O município tem 5 (cinco) assentamentos, sendo eles: Cambuxim, Cassacan, Cristo Redentor, São Marcos, e Conquista das Missões que está em fase de

¹⁰ Forma como o assentamento foi se moldando e como foram se estabelecendo as relações produtivas, comerciais e sociais dentro da comunidade.

¹¹ Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município

¹² A comercialização se dá no próprio local pelos vizinhos do próprio assentamento ou integrantes da comunidade do interior.

implementação e não faz parte desta pesquisa, por não haver produção local definida. Os assentamentos correspondem a uma área de 1652 hectares. Segundo dados do Incra/2018, nos assentamentos vivem mais de 75 famílias.

Abaixo segue quadro com informações sobre os assentamentos rurais no município de São Borja como data de fundação, número de famílias, e área ocupada em cada assentamento. Juntamente observa-se figura demonstrando a localização de cada um.

Quadro 1- Assentamentos implementados em São Borja-RS.

Assentamentos pesquisados	Nº de Famílias	Hectares por assentamento	Data de Fundação	Capacidade de Famílias
PA ¹³ - São Marcos	17	402	13/12/1997	17
PA- Cambuxim	28	600,63	14/12/1998	30
PE- Cristo Redentor	15	255	02/12/1999	15
PE ¹⁴ - Fazenda Cassacan	15	395,31	16/04/2002	15
Total: 4 Assentamentos	Total:75	Total:1.652,9 4	-----	Total: 77

Fonte: Dados obtidos através do Incra/2018, organizados pela autora.

¹³ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio à Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da União. Assentamento Federal.

¹⁴ Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas; Recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas. Assentamento Estadual.

Figura 1- Localização dos assentamentos em São Borja-RS.



Fonte: Google Maps/2018¹⁵.

3.1 Dados Históricos dos assentamentos rurais de São Borja

O meio de sobrevivência em assentamentos é a produção agrícola. As produções majoritariamente artesanais, para comércio interno e nos centros de

¹⁵Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-28.4991392,-55.7277147,85888m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em Maio. 2019.

comércio que o município possui, como o mercado público, e a feira pública, além dos supermercados que realizam a compra de hortaliças para a venda em suas lojas.

O primeiro assentamento implementado em São Borja foi o Assentamento São Marcos, que fica a uma distância de aproximadamente 20 km da área urbana no município. De acordo com o Incra (2008), foi criado em 1997 a partir de um projeto desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em uma área total de 400 hectares vivem 17 famílias. Essas famílias são originárias de acampamentos instalados nos municípios de Redentora e Erval Seco (RS) (Arrache, 2008). No que tange a organização interna, o assentamento São Marcos tem uma Associação de Pequenos Agricultores, formada pela comunidade do assentamento e pela comunidade mais próxima, também denominada São Marcos. Esse fato motiva a observação de que na atualidade as relações comunitárias estão presentes e as comunidades, que segundo os moradores anteriormente eram divididas, hoje se encontram mescladas em diversas atividades comunitárias.

O segundo assentamento analisado em São Borja foi o Cambuxim. Sua implantação ocorreu no final dos anos 90. Situado na localidade de São Miguel, está distante 43 km da sede do município. De acordo com estudo realizado por: Rodrigues, et al. (2010) e através das coletas realizadas, identificou-se que a área total é de aproximadamente 600 ha, sendo que o tamanho médio das propriedades é de 20 ha. Possui capacidade para 30 famílias, no entanto possui 28 famílias assentadas, totalizando aproximadamente 100 pessoas. Sua data de instalação é 11 de Novembro 1997, sua fundação legal ocorreu em 14 de dezembro de 1998. Rodrigues (2010) descreve que grande parte das famílias é originária das regiões da serra e das missões, tais como: Ronda Alta, Erechim, Cruz Alta, Capão do Cipó, São Miguel das Missões, sendo muitos descendentes de italianos, alemães e poloneses. Rodrigues et. al (2010) frisa que muitas das famílias já mantinham contato desde a época de acampamento, a maioria delas permaneceu até 03 anos acampadas, passando por Júlio de Castilhos, Palmeira das Missões e Santo Antônio das Missões. A pesquisa em campo revelou que uma das principais atividades produtivas realizada no assentamento desde a sua instalação tem sido o cultivo de grãos, como milho e soja, uma vez que a atividade leiteira não se desenvolveu satisfatoriamente. Nos últimos tempos também tem crescido o interesse dos assentados em diversificar a sua produção, tanto para o consumo familiar, quanto

para a venda no mercado local, através de feiras eventuais e também pela venda direta aos visitantes. Este interesse é apresentado pelos moradores do assentamento que participaram da pesquisa. Também é descrita a necessidade de auxílio para questões burocráticas, assim como de aporte a atividades agrícolas, pois há a presença de moradores de outras cidades de climas e agriculturas diferenciadas, necessitando de mais assistência técnica para o cultivo

O terceiro assentamento implementado foi o Cristo Redentor, também analisado por Lima (2015) em sua pesquisa denominada: História e organização das famílias do assentamento Cristo Redentor no município de São Borja. A autora destaca que as famílias que estão hoje no assentamento chegaram ao município no dia 08 de dezembro de 1991. Após dois anos acampados em diferentes locais, o grupo de quinze famílias foi assentado em uma parte das terras da estação experimental que pertencia ao estado do Rio Grande do Sul. A implantação efetiva do assentamento ocorreu no ano de 1999, quando legalmente os documentos foram assinados e a sede por fim oficializada. O assentamento possui uma organização coletiva que auxilia nas produções sendo fundada no ano de 2010 com a finalidade de representatividade nas necessidades primárias do assentamento.

Por último, o assentamento Fazenda Cassacan está localizado distante aproximadamente 20km da região urbana do município de São Borja. Seu acesso se dá exclusivamente pelas estradas de chão em péssimo estado. Na região onde encontra-se instalado, as terras são de uso predominante para a produção de arroz e/ou soja. Sua fundação ocorreu no ano de 2002, e o assentamento também recebe o mesmo nome da localidade mais próxima onde está inserido e acomoda atualmente 15 famílias em 395,31 ha. A predominância é de moradores locais, advindos de acampamentos mais próximos. Há uma minoria de assentados de localidades mais distantes que atualmente ainda sofre com as necessidades de adequação ao solo e ao clima da região.

3.2 Produção nos assentamentos rurais de São Borja-RS

No assentamento São Marcos são desenvolvidas três principais linhas produtivas: a pecuária de leite, o cultivo de milho e cultivo de olerícolas (como mandioca, alface, cenoura, repolho, rabanete, milho, beterraba, temperos, couve, e demais hortaliças, assim como também: leite, mel, mamão, batata, etc). Os

subprodutos obtidos de cada sistema de produção são comercializados diretamente na comunidade ou revendidos a terceiros para comércio no centro urbano.

A base de produção do assentamento Cambuxim vem dos grãos e produção de diversos cereais, a criação de gado leiteiro para consumo e produção de derivados de leite que são consumidos ou comercializados dentro do assentamento. Atualmente está ocorrendo uma migração do trabalho com hortaliças para uma agricultura voltada para os cereais, pois a comercialização de legumes verduras ou frutas não tem tido bons resultados. Esta migração para a agricultura com grãos adentrou o assentamento através da necessidade de renda, onde os moradores optaram pela produção de grãos, pois a sua comercialização se dá de uma forma facilitada, sendo possível duas safras de grãos ao ano, o que em parte auxilia na renda familiar. Os maquinários para o início do plantio de grãos foram adquiridos através de auxílios com a administração municipal, hoje o cultivo se dá por maquinário próprio de cada morador um auxilia o outro para suprir as necessidades. Os grãos produzidos exigem fretes apenas na colheita e os centros de armazenamento são mais próximos. Já a distância da área urbana central é significativa e eleva o preço do produto prejudicando o comércio de hortaliças. Com isso as hortaliças perderam espaço pois não é possível contar valores competitivos com os grandes mercados da cidade uma vez que o custo já é alto.

O assentamento Cristo Redentor apresenta uma produção diversificada pautada principalmente da produção de gado leiteiro e no cultivo de hortaliças. Há presença de estufas e a produção é em rotatividade. O leite produzido é entregue nas residências da cidade pelos próprios moradores do assentamento, assim como os derivados de leite como queijo e doces. O cultivo da alface, repolho, rúcula, couve e mandioca são os mais presentes. O assentamento não possui vendas coletivas, assim cada um é responsável pelo seu produto. O solo apresenta grande umidade, e segundo os moradores é propício para a piscicultura o que conduziu a comunidade assentada buscar auxílio com maquinários para a criação de açudes e, com isso, iniciar mais uma forma de renda. Outra forma de renda que está em projeto é a usina de leite, onde o produto e seus derivados terão rotulagem, envasamento e poderão ser comercializados por valor superior ao atual.

No assentamento Cassacan a maioria dos moradores realiza trabalhos esporádicos no meio rural, alguns são pedreiros, tratoristas, operadores de ceifas, buscando o sustento familiar em outras propriedades com atividades externas ao

assentamento. Se concentram como trabalhadores rurais assalariados em fazendas na produção de grãos, pois a renda da agricultura familiar não contempla todas as necessidades da família. Nos arredores do assentamento estão situadas extensões de terra ligadas a produção de grãos, este contexto de latifúndios acabou levando os assentados a vender sua mão de obra trabalhando como assalariados ou funcionários temporários em outras produções agrícolas para a ampliação da renda familiar, pois a produção da família não é o suficiente, necessitando de outras fontes de renda. Muitos optaram pela produção de bovinos como auxílio rentável, porém a renda deste produto é dependente da venda dos animais, que por vezes ocorre em uma ou duas vezes ao ano. Há a produção de olerícolas e o cultivo de árvores frutíferas no assentamento, porém contemplam apenas o consumo local, pois a distância também é um empecilho na produção de hortaliças, o comércio central é distante e encarece o produto.

É perceptível a presença de gado leiteiro, que atualmente tem a função de recria, como forma de renda familiar. Neste assentamento não há produção em escala para vendas e comercialização, apenas para consumo interno devido aos problemas com a umidade que o solo apresenta, porém ainda há a necessidade de estudos para um melhor cultivo, sendo necessário o auxílio e amparo de instituições ligadas ao município de São Borja.

O solo é propício para o cultivo de arroz devido sua umidade. A comunidade assentada não possui condições financeiras de cultivar arroz devido ao custo de produção e a inexistência de maquinários. E este fator é o grande empecilho econômico do assentamento, pois não há condições de solo favoráveis para o cultivo de hortaliças e a criação de ovinos além da produção leiteira sofrer com a umidade excessiva. Cabe neste caso um processo de drenagem do solo para o desenvolvimento econômico do assentamento, porém o processo de drenagem demanda maquinários que o assentamento não possui, uma parceria com o governo municipal seria capaz de sanar o problema e/ou implementar políticas públicas para que ele seja resolvido.

A produção agrícola se manteve em maior parte ligada às olerícolas, e apresentando a produção de grãos em propriedades que ainda se encontram em fase de troca de cultivo, buscando maiores fontes de renda familiar. Segue abaixo as principais produções agrícolas dentro dos assentamentos em São Borja-RS.

Quadro 2 - Produtos produzidos dentro dos Assentamentos

Assentamento	Produtos produzidos para Comercialização e consumo	Produtos produzidos apenas para consumo próprio ou venda esporádica.	Produtos que deixaram de ser produzidos
São Marcos	Milho, mandioca, alface, cenoura, repolho, rabanete, beterraba. temperos, couve, Ovos, Patos, Doces, Compotas.	Pecuária de leite, leite, mel, mamão, batata. Criatório de peixes. Venda direta de leite.	-----
Cambuxim	Milho, trigo, soja, aveia, mandioca.	Pecuária leiteira, derivados de leite, pastagens. Criatório de peixes.	Venda direta de leite. Produção apenas para consumo
Cristo Redentor	Pastagens, Alface, Repolho, Couve, Mandioca, Rúcula, Leite, Derivados de leite.	Frutas, soja, milho, trigo, Criação de ovinos, Suínos.	O cultivo de melancia paralisado, custo/ benefício não oferece lucros.
Fazenda Cassacan	Bovinos, árvores frutíferas, arroz, milho. Pequena produção olerícola.	Pecuária de leite, leite, batata. Criatório de peixes.	Venda direta de leite. Produção apenas para consumo.

Fonte: Coleta de dados á campo/ 2019. Elaborado pela autora.

Vale aqui destacar a importância da agricultura familiar, através do censo do IBGE 2006, a agricultura familiar, produziu 33% do arroz em casca, 69,6% do feijão (considerados todos os tipos), 83% da mandioca, 45,6% do milho em grão, 14% da soja, 21% do trigo e 38% do café em grão, só para citar alguns produtos. Naquele

ano, a agricultura familiar ainda produziu 57,6% do leite de vaca, 67% do leite de cabra e 16,2% dos ovos de galinha e detinha 29,7% do rebanho bovino, 51% das aves e 59% dos suínos. É uma contribuição expressiva nos cultivos e criações, mas não há como somar cabeças de gado, com litros de leite, arrobas de carne e quilos de grãos para se conhecer o todo da produção agropecuária e avaliar o percentual de contribuição de qualquer parcela dos agricultores.

3.3 Fonte de Renda e comercialização de produtos dos assentamentos rurais de São Borja RS

Os dados descritos abaixo foram adquiridos através de entrevistas com o uso de questionário semi-estruturado com os moradores assentados nos próprios assentamentos destacados. Foram entrevistados três moradores em cada assentamento totalizando 12 moradores nos 04 (quatro) assentamentos pesquisados.

Utilizou-se três moradores para cada assentamento pelo fato de que as famílias foram assentadas e passaram por processos semelhantes. Portanto a pesquisa segue com amostra de moradores que foram selecionados juntamente com a Secretaria da Agricultura no Município de São Borja, onde os selecionados compreenderam moradores mais antigos dos assentamentos e os representantes da comunidade assentada nas ações públicas do município.

3.3.1 Assentamento São Marcos

No assentamento São Marcos, a base da economia familiar do assentamento encontra-se na agricultura familiar, onde os membros da mesma família, provém o sustento familiar. A produção é diversificada sendo a olericultura uma das responsáveis pela renda. Portanto, são várias culturas dentro do assentamento para suprir as necessidades de cada família e ampliar a renda que corresponde a aproximadamente a 1,5 salário mínimo por família. Como forma de ampliar da renda familiar, o assentamento foi contemplado pelo Governo Federal com uma cozinha industrial para a manipulação de produtos e a embalagem destes produtos para comercialização, porém a obra encontra-se inacabada, um fator que prejudica a arrecadação de uma renda maior à famílias assentadas.

Salienta-se que a política de reforma agrária necessita de outras políticas básicas para a produção e manutenção da produção agrícola, além da necessidade de promover a qualidade de vida. O assentamento São Marcos contém pontos onde as políticas públicas se apresentam omissas. Há problemas com água potável, locomoção e escoamento dos produtos. A ausência destas políticas prejudica o desenvolver das atividades básicas responsáveis pela renda familiar.

Como forma de destacar a diversidade dentro do assentamento, as diferentes formas de renda familiar e as principais dificuldades, seguem abaixo declarações que representam as diversas atividades de produção dentro da comunidade assentada.

Eu sou daqui. A nossa renda é as hortaliças, é delas que vem nosso sustento, mas possuímos uma grande dificuldade com a água, pois tem apenas 1 poço artesiano para toda a comunidade de São Marcos e um poço particular para todas as famílias assentadas, mas ele já não supre mais a nossas necessidades. Nossa principal renda vem com a dificuldade (ALCEU DA SILVA DOBLER, Morador do Assentamento São Marcos desde 2004).

Alceu é morador do assentamento há 15 anos, seu ramo de produção está voltado para a produção de hortaliças e a comercialização se dá no mercado público municipal de São Borja. Sua atividade envolve toda a família e sua renda familiar está voltada a esta produção. Alceu destaca as principais dificuldades do ramo de produção de verduras, tanto para o cultivo como para a comercialização.

Minha renda vem da venda de ovos, criação de patos, plantio de mandioca, do gado de leite, da criação de abelhas, da venda de doces e compotas de mamão, de abóbora. Crio de tudo um pouco para ter minha renda, vivo com a produção que eu tenho (EMILIANO BATISTA LOPES, Morador do Assentamento São Marcos desde 2005).

Emiliano vive no assentamento há 14 anos e seu ramo de produção está voltado a produção e comercialização de leite e seus derivados, além do cultivo de tubérculos e doces em calda que são comercializados na cidade, sua atividade de renda se diferencia dos demais que optaram pelo cultivo de hortaliças.

A comunidade assentada de São Marcos apresenta uma série de fatores que afetam exclusivamente a renda familiar, por enquanto além dos problemas relativos à água que dificultam a ampliação do cultivo de hortaliças, também há problemas com a cozinha industrial inacabada. Isso faz que se entrave as possibilidades de

geração de renda, diversificação da produção e inserção no comércio local de São Borja, pois através da embalagem industrial e a produção de compotas dentro das normas, os valores arrecadados seriam maiores, pois ampliariam os centros de venda para estes produtos. Outro fator destacado pelos moradores é a falta de amparo e auxílios por parte da Empresa de Assistência técnica e Expansão Rural-EMATER de São Borja, principalmente em orientações de cultivos e no auxílio a criação de projetos de financiamentos.

3.3.2 Assentamento Cambuxim

No início do assentamento, na, sua fase de implementação, os aportes financeiros, segundo relato dos assentados, eram em maior frequência e volume, os auxílios nos ramos burocráticos também eram presentes. Com o passar dos anos, as verbas tornaram-se escassas e com isso ou auxílios e orientações aos assentados diminuíram. Parte deste problema ocorreu pelos desacordos políticos através de disputas de partidos, uma vez que o município tem uma disputa partidária onde alguns possuem prioridades na agricultura enquanto outros em outras áreas da administração municipal. Com isso, as produções e os amparos em infraestrutura que eram grandes nos primeiros 10 anos do assentamento, hoje são apenas parte de produção que não compreende a renda familiar, não sendo base principal de sustento da família.

Muitos moradores do assentamento optaram pela venda de sua força de trabalho aos demais produtores rurais externos ao assentamento, esta medida se dá pela dificuldade de produção de hortaliças e de gado leiteiro que nos primeiros 10 anos foi a principal fonte de renda das famílias. Hoje este problema, segundo os moradores assentados, se dá pela distância, pois a comunidade assentada não consegue produzir o suficiente para encher um caminhão de transporte. Também o valor pago pelos produtos produzidos acaba recebendo descontos das empresas coletadoras não contemplando os gastos para a produção. Devido às taxas de transporte para os grandes centros de comércio, pois o assentamento está situado à 45km, da Cidade de São Borja.

As políticas públicas também apresentam falhas neste assentamento, não há um incentivo à produção e auxílio no escoamento. São perceptíveis os problemas com estradas, com saúde e com a permanência na agricultura familiar. Com isso, é

ocorre a venda da mão de obra através de trabalho assalariado ou temporário em fazendas próximas, e a agricultura familiar ou o sustento através da política de reforma agrária não contempla o seu objetivo.

As atividades econômicas suprem em parte as nossas necessidades familiares, muitas pessoas, não que seja meu caso, mas elas acabam trabalhando para fora em outras propriedades, para se sustentar e apenas acabam morando no assentamento, vamos fazer o que, alguns precisam (ITACIR FANIN, 72 ANOS, Morador do assentamento desde 1999).

Tudo deveria ser mais assistido, precisa de alguém para nos ajudar, nas atividades e na permanência na terra, alguns acabam desistindo. Éramos 30 famílias hoje somos menos, porque muitos desistem. Hoje tem casa abandonada aqui (BRASIL DE VARGAS PINTO, 49 anos, Morador do Assentamento desde 1999).

Para os dois moradores, Itacir e Brasil, a dificuldade está no processo de comercialização, que envolve o transporte e gastos gerando dificuldades de transportar as produções. Devido a isso, muitas culturas agrícolas ficam limitadas, citando a necessidade de uma parceria para que este problema seja resolvido.

Os produtos produzidos artesanalmente são apenas para o consumo local. Não há vendas para comércios ou feiras locais, pois as famílias estão encontrando dificuldades para tal ação. As rendas vêm em sua maioria de aposentadorias e de trabalhadores que vendem a mão de obra para os demais proprietários, o que descaracteriza a agricultura familiar dos assentamentos rurais. Vale destacar que este processo de descaracterização tem relação com o contexto latifundiário presente onde o assentamento foi inserido.

No assentamento não existe nenhum tipo formalizado de organização, porém as decisões que dizem respeito ao conjunto dos assentados são tomadas de forma coletiva em assembleias gerais. Para as relações com o poder público e outras instituições da sociedade, delega-se um coordenador para representar e reivindicar pelos agricultores.

3.3.3 Assentamento Cristo Redentor

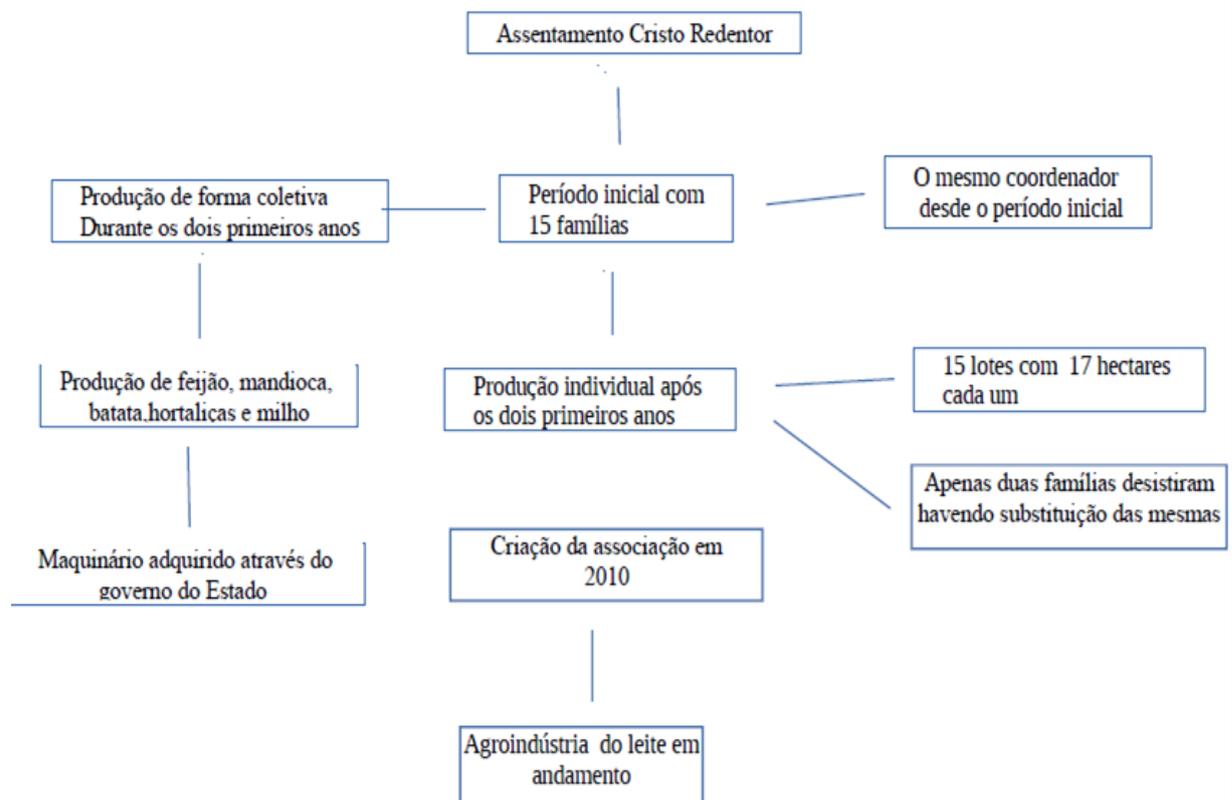
As famílias que estão hoje no assentamento Cristo Redentor chegaram ao município no dia 08 de dezembro de 1991. Após dois anos acampados em

diferentes locais, o grupo de quinze famílias foi assentado em uma parte das terras da estação experimental¹⁶ que pertencia ao estado do Rio Grande do Sul.

No período inicial as quinze famílias optaram por produzir de forma coletiva, onde toda a produção era dividida em partes iguais, porém esta maneira de trabalhar coletivamente não teve continuidade. Em 2015, a pesquisa de Lima (2015) já destacava que cultivo era individualizado pois, a maneira de trabalhar coletivamente não vingou por muito tempo no assentamento. Porém o cultivo individual proporcionou ao assentamento uma diversificação de culturas e uma riqueza produtiva característica da agricultura familiar.

Ao longo dos 30 anos do Assentamento Cristo redentor, como forma de se moldar ao solo e as características da terra, as famílias se organizaram de diferentes formas, primeiramente a produção era coletiva, mais tarde individual, tendo uma variada produção de alimentos em ambas as formas de produção. Abaixo segue figura explicativa da organização do assentamento Cristo Redentor.

Figura 02: Organização do assentamento Cristo Redentor



Fonte: Lima (2015 p.35).

¹⁶ A Estação Experimental de São Borja é um centro de pesquisa de cereais, focalizando principalmente na pesquisa do trigo.

A renda familiar também é diversificada, dependendo das vendas mensais e variando de 02 (dois), a 04 (quatro) salários mínimos por famílias, porém, o que os moradores descreveram é que o valor bruto arrecadado é superior ao valor líquido. Este chega a aproximadamente a 1,5 salário mínimo e é deste valor que as famílias se mantêm. Esta disparidade entre valor bruto e valor líquido se dá ao alto custo de produção e aos custos de transporte para a comercialização dos produtos, pois o mercado de consumo de São Borja é restrito, devido ao fato da cidade ser pequena os demais centros urbanos e comunidades são distantes, o que encarece os produtos.

Todos os entrevistados se apresentaram como naturais da Cidade de Redentora e destacaram a dificuldade de se instalar e se adequar às características da região, pois nos anos iniciais do assentamento a área era apenas de campo nativo, não havendo nenhuma outra cultura agrícola ou de criação de animais. Portanto, todas as benfeitorias foram realizadas pelos próprios assentados.

Vim de Redentora. Aqui a minha propriedade tem 17ha, hoje comercializo meus produtos nas feiras da cidade entrego parte da minha produção na escola Estadual Getúlio Vargas na cidade de São Borja. Minha renda é variável entre 2 a 4 salários mínimos, mas isso depende das minhas vendas mensais (ARDIL DOBLER DE LIMA, Morador do assentamento Cristo Redentor de 1991).

Vale destacar que a renda familiar é variável por famílias dentro do assentamento, pois para a produção e comercialização de hortaliças que são entregues em escolas do município de São Borja. A mão de obra exige um número de pessoas maior para dar conta das várias atividades que as olerícolas demandam. Muitas famílias não possuem condições de manter o ritmo de produção e acabam apenas produzindo para as feiras e com isso reduzindo a renda familiar.

Alguns aqui vendem para escolas, mas eu não vendo para escolas, exército, ou mercados. Já vendi, mas agora nós somos poucos aqui em casa e não tem como dar conta de produzir tanto. Então eu planto para vender nas feiras e com isso a minha renda é de 01(um), salário mínimo por mês (NILTON DOBLER, Morador do assentamento Cristo Redentor de 1992).

Dentre os problemas enfrentados pela comunidade assentada, a pesquisa à campo apresentou que encontra-se o furto e o uso de drogas. Os furtos ocorrem

durante à noite sendo o gado leiteiro o maior alvo, assim como os maquinários e algumas produções olerícolas. Este fator afeta a economia das famílias já que a renda familiar vem destas produções.

Além dos nossos problemas com a estrada, outro grande problema é o uso de drogas que já chegaram no assentamento. Precisamos de maior segurança, para que os pequenos furtos que estão ocorrendo aqui no assentamento comecem a diminuir (LEONIDAS DOBLER, Morador do Assentamento Cristo Redentor de 1992).

O assentamento Cristo redentor apresenta uma diversidade expressiva de produtos produzidos. Além das produções citadas acima, existe a venda de produtos caseiros, produzidos e comercializados nas escolas, e na Universidade Federal do Pampa, que recebe uma vez por semana um grupo de mulheres que comercializa pães, bolos, cucas, doces, salgados ampliando a renda familiar.

3.3.4 Assentamento Fazenda Cassacan

As terras adquiridas eram de uso para o cultivo do arroz, o que implica solo encharcado (banhado¹⁷), de difícil produção agrícola. A agricultura familiar encontra-se presente em pequenas parcelas, onde a produção é vinculada apenas à subsistência e não para a comercialização.

O cultivo coletivo encontra-se parado, a área coletiva que o assentamento dispõe para cultivo está sem uso. O solo é predominantemente úmido, sendo necessário maquinários pesados e de tração para o manejo da terra, e no momento o assentamento não dispõe de condições financeiras para arcar com o valor elevado. A produção de derivados de leite, que mantinha grande parte das famílias perdeu força devido ao transporte e desestímulo no valor pago ao litro do produto. Muitos migraram para outras fontes de renda diversificadas, em algumas famílias o trabalho assalariado ou informal/ autônomo é a única base de sustento.

A renda familiar se mantém em aproximadamente um salário mínimo entre as famílias assentadas, porém o valor é instável e dependente de vendas esporádicas

¹⁷ Consiste em um ambiente úmido, geralmente, com solo não drenado ou com pequenas infiltrações. É uma formação comum dos pampas gaúchos, também muito utilizado para na agricultura para o cultivo do arroz.

e serviços prestados dentro da própria comunidade assentada. Muitos migraram para um trabalho informal ou formalizado em fazendas e\ou propriedades próximas.

A produção artesanal ligada ao cultivo de hortaliças ocorre em pequenas parcelas, apenas para o consumo próprio e comercialização interna dentro do próprio assentamento. As plantações de grãos em pequena escala também estão presentes e são variadas, sendo o cultivo de arroz, milho, aveia, e soja os mais utilizados.

A agricultura familiar encontra-se presente dentro do assentamento, mas não detém a maior parte de produção. A área individual compreende 17,5 ha e em alguns casos, está dividida em duas partes devido as questões do solo encharcado. Os moradores já buscaram outras variedades de plantações e cultivos para serem utilizadas no assentamento, sendo que sem êxito. Há a necessidade de estudo do solo, sendo imprescindível projetos para área. Um dos principais anseios é justamente o auxílio para a produção local, o fornecimento de cursos ou aperfeiçoamento advindos da Emater e da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria da Agricultura.

Portanto, não há como descrever unicamente uma base econômica já que o núcleo familiar produz seu próprio sustento de acordo com as suas necessidades, não sendo possível afirmar a principal cultura produtiva e rentável do assentamento. Porém, atualmente a renda familiar encontra-se estabelecida na venda da força de trabalho como assalariado ou temporário do rural em propriedades externas ao assentamento, sendo o maior retorno financeiros às famílias.

Dentre os moradores que contribuíram para a pesquisa, um aspecto em comum apresentado foram as políticas públicas ou a falta delas, assim como a sua aplicação nos assentamentos. Atualmente todos necessitam de políticas básicas: O assentamento Cambuxim apresentou a necessidade de uma política de permanência e de escoamento de produção. No assentamento São Marcos destacou-se a necessidade de acesso a água que possibilite a ampliação das produções e atenda as necessidades básicas. Já no assentamento Cristo redentor as políticas públicas não fornecem a segurança necessária, uma vez que a população tem sofrido com furtos e abigeatos principalmente do gado leiteiro. Por fim no assentamento Fazenda Cassacan se identificou a necessidade de um projeto ou estudo do solo pois, o assentamento foi implementado em uma área úmida onde o cultivo se mantém restrito a uma cultura agrícola que exige valores econômicos

altos inviabilizando a produção e comercialização de produtos. Cabe salientar que os assentamentos apenas evoluem e se tornam parceiros produtivos com políticas públicas eficazes que atendam as necessidades básicas de produção, sendo um atualmente um aspecto pendente em todos os assentamentos analisados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada, buscou-se compreender o processo histórico das terras brasileiras, a formulação do MST, e a reforma agrária brasileira refletindo sobre a produção e comercialização dos produtos produzidos dentro dos assentamentos no município de São Borja-RS. Através da pesquisa identificou-se além do processo produtivo inúmeros pontos necessitam de um olhar apreensivo principalmente no que se tange às políticas públicas. Portanto, podemos tirar algumas conclusões.

A primeira conclusão vem da análise histórica do processo de distribuição de terras brasileiras. De fato é imprescindível destacar que a desigualdade de acesso à terra reproduziu uma disparidade de classes econômicas e, conseqüentemente, no acesso a compra das terras. Isso proporcionou a concentração de grandes faixas territoriais, em alguns casos latifúndios estabelecidos nas mãos dos mais ricos, resultando em uma grande massa populacional sem acesso à terra e por fim sem a possibilidade de produção nela.

A segunda conclusão vem sob justificativa da primeira, onde a parte populacional através de movimento e luta requereu o acesso à terra. Com isso de forma organizada formula e concretiza o MST, em busca do direito à propriedade da produção nela, criando e fortalecendo uma agricultura familiar de produção diversificada capaz de suprir as necessidades familiares de vários indivíduos se reafirmando como parceiros produtivos, e atendendo as necessidades locais através de comercialização de produtos.

Destaca-se que os assentamentos são produtivos, havendo as mais diversificadas produções transformadas em renda através dos centros comerciais do município. A renda familiar neste processo é transformada através da comercialização dos produtos produzidos. Além disto suas atividades abastecem escolas, mercados, e exército se tornando parceiros produtivos juntamente com as demais comunidades rurais do município.

A terceira conclusão tem justificativa na conclusão anterior. Através da luta criada pelo MST, a reforma agrária passa a conter os anseios do Movimento. Porém encontra dificuldade em se estabelecer como uma política de acesso a direitos, um fator a isso se dá também pela necessidade de aplicação de uma reforma agrária que por décadas não sai do papel. Uma hipótese, por mim destacada, está no fator

ligado a instabilidade de aprovação da nova reforma agrária, partindo de divergências políticas nacionais. No ano de 2019 a reforma agrária sofre com outro embate, Flávio Bolsonaro entregou a PEC nº 80 que altera as exigências para a função social da terra. Se aprovada seus resultados poderão restringir as desapropriações de terras e ameaçar o MST.

A quarta conclusão que aqui se faz, parte das produções e da importância que os assentamento rurais possuem dentro do município de São Borja-RS. Atualmente, mais de 1600 hectares pertencem aos assentamentos e neles vivem mais de 75 famílias, que de forma diversificada trabalham a agricultura familiar e abastecem necessidades referentes aos bens perecíveis em mercados, feiras, escolas, exército e demais locais através de feira municipal. Dentre as produções, analisa-se que parte das famílias pesquisadas obtêm seu sustento da terra cultivada e nela produzem sua renda. Porém o contexto latifundiário que o município possui acarreta na venda da força de trabalho necessária para o sustento em algumas famílias pertencentes aos assentamentos, por vez descaracterizando a agricultura familiar.

A permanência dentro dos assentamentos através da agricultura familiar tem se tornado desafiadora, o contexto latifundiário do município acaba por transformar cenário e os assentados nesse processo passam a vender a mão de obra como base para o sustento familiar. Os fatores que acarretam nesta venda de força de trabalho vêm de uma série de problemas enfrentados dentro dos próprios assentamentos desde o solo, distância para transporte, e a falta de políticas públicas capazes de garantir uma permanência tanto no assentamento quanto na manutenção da agricultura familiar nele.

Conclui-se que os impasses legais que hoje permeiam a reforma agrária, afetam as atividades e o direito de uma redistribuição equilibrada da terra, com a redução de latifúndios e a produção de uma economia baseada no cultivo da terra ociosa. O Movimento Sem Terra, além do direito à terra, produz trabalho a quem não possui renda, oferece uma vida digna pautada tão e exclusivamente no cultivo da terra. Não afetando negativamente a economia dos municípios, pelo contrário à fortalece. Por fim, dentro de uma nação que se diz democrática, a democracia da

terra¹⁸ encontra-se restrita a interesse políticos, que possuem uma visão diferenciada do assunto.

Este trabalho de conclusão de curso além dos objetivos propostos teve o intuito de mostrar que os assentamentos são aglomerados em busca de uma democracia de direitos e acessos e que é na terra que suas atividades ganham força, desmistificando a visão negativa estabelecida sobre o Movimento Sem Terra nas últimas décadas. Sendo possível utilizá-lo como recurso para descrever as realidades do município, sendo passível de utilização na rede de ensino básico como na rede de ensino superior.

¹⁸ Forma de descrever o acesso igualitário da terra para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRACHE, F. et al. **Relatório Ambiental do projeto de Assentamento São Marcos**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://coptec.org/index.php/nucleos-operacionais/category/31-sao-luiz-gonzaga#>> . Acesso em 13 de Abr. de 2019.

BARBOSA, A. M. PORTO-GONÇALVES. C. W. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. In: MENESES, P. M. VASILE, I. **Desafios aos Estudos Pós-Coloniais, As Epistemologias Sul**. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil. Brasília, DF 25 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 20 Jan. de 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 26 de outubro de 2018.

_____. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm>. Acesso em 15 abr.2019.

_____. **Lei 601 de 18 de Setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em 06 Jun. 2019.

CABRAL, D. D. R. **Comissão Pastoral da Terra - CPT, Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2015.

CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário de educação no campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDEIRA, J. **Mauá, empresário do Império**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CARMO, R. B. A. A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira. **Bahia Agrícola**, v.4, n. 1, nov. 2000.

COSTA, E. V. **Da senzala à Colônia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1996.

CPDOC FGV • **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. São Paulo (2016). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/> Acesso em: 21 de junho de 2016.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES. B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista Debates o MST e as reformas agrarias no Brasil**, An0 IX, n. 24, 2008. Disponível em <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/04mancano.pdf>>. Acesso em: 07 de março 2019.

FERNANDES. B. M.. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra – Brasil**, 1998. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1495-4357-1-PB.PDF>>. Acesso em 10 Abr.2019.

FERNANDES. B. M.. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

FERREIRA, D. **Manual de Sociologia: Dos Clássicos à Sociedade da Informação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GUANZIROLI, C. E. (org). **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA. 1994.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. 2000, Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas socioeconômico. 2006**. Disponível em:<<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/organizacao-produtiva>>. Acesso em 02 Maio.2019.

_____. **Atlas socioeconômico. 2006** Disponível em:<<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/assentamentos-rurais>>. Acesso em 02 Maio. 2019.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?edicao=9829&t=sobre>>. Acesso em 03 de junho 2019.

_____. **Dados básicos assentamentos no Rio Grande do Sul. 2006**. Disponível em:<<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>.Acesso em 05 abr. 2019.

_____. **Dados básicos. 2013**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431800>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Relatório de Gestão – Exercício 2008**. Brasília 2009 Disponível em:

<<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/outs-relatorios/relgestao2008.pdf>>. Acesso em 12 de Nov. 2019.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Painel de assentamentos 2017**. Brasília 2018. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=11&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1>. Acesso em 10 de Mar. 2019.

LEITE, S. P.; AVILA, R. V. de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília**, v. 45, n. 3, p. 523-551, set. 2007.

LIMA, R. C. **Pequena História Territorial do Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 1954.

LIMA, Tatiane Rodrigues de. **História e organização das famílias do assentamento Cristo Redentor no município de São Borja**. 2015. 49f. Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa.Unipampa, São Borja-RS, 2015.

MARTINS, J. de S.. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria editora de Ciências Humanas, 1979.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO MST. **Histórico e nossa História**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 22 de junho de 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. 6.ed – São Paulo: Contextos, 1994.

OLIVEIRA, A. U. de.. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. Caderno de Conflitos no Campo CPT, Goiânia, 2011. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/192-conflitosnocampo2011?Itemid=0>>. Acesso em 03. Fev. 2019.

PELLEGRINI, M.; **O Brasil Tem Latifúndios**. Carta Capital, 2015. Disponível em:<http://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-tem-latifundios-70-mil-deles-1476.html>. Acesso em: 22 de junho de 2016.

PIETRAFESA, J. P. . Terra, ocupação e posse: novos desafios aos movimentos sociais frente à ação do capital agrário. Conflitos no Campo Brasil , v. 1, p. 70-76, 2013. Disponível em:< <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=0>> Acesso em 26 Fev.2019.

RODRIGUES. C. C. C. et al: **Assentamento Cambuxim: um caso de trocas de experiências Agroecológicas**. 2010. Disponível em:

<https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_3B/03B-15.pdf>. Acesso em 10 de maio 2019.

SANTOS, J. R. dos; FONTOURA, L. F. M. **Alguns apontamentos para a reflexão teórica do Campesinato**. Boletim Gaucho de Geografia, 2006. Disponível em:<<https://docplayer.com.br/80961923-Boletim-gaucho-de-geografia.html>>. Acesso em: 12 de abril de 2019.

SAMPAIO, P. de A. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária**. São Paulo: MST, 2012. Disponível em:<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Not%C3%ADcias%20cr%C3%ADticas%20sobre%20a%20atualidade%20e%20os%20desafios%20da%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20-%20Plinio%20de%20Arruda%20Sampaio%20Jr.pdf>>. Acesso em: 03 de maio de 2019.

SILVA, J. G. da. **A Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1971.

SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da lei de 1850**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, M. L.; ALVES, G.; STROFF, L. G.. **Educomunicação popular e agricultura familiar pelos campos de São Borja**. Projeto de extensão pedagogia freireana: a produção Agroecológica com agricultores familiares: certificação, comercialização e comunicação popular. São Borja: Universidade Federal do Pampa, 2012.

THORNER. D. et al. **Chayanov y la Teoria de la Economia Campesina**. 2a. Ed. México: Ediciones Pasado y Presente, 1987.

VIGNOLI, Francisco. A Imigração e a formação do mercado de trabalho. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Formação Econômica do Brasil**. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2010.

WOLKMER, A. C.. **História do Direito no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO.



QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

PESQUISA: SISTEMAS DE PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DO MST EM SÃO BORJA RS.

NOME DO ENTREVISTADO: _____.

DATA: ____/____/____.

CIDADE: _____.

MORADOR DO ASSENTAMENTO: _____.

ANO EM QUE INICIOU SUAS ATIVIDADES NO ASSENTAMENTO: _____.

ATIVIDADE PROFISSIONAL: _____.

IDADE: _____.

Sinalize com um "x" a alternativa que melhor corresponde sua resposta:

1- Qual seu grau de escolaridade:

- Ensino Fundamental Incompleto.
- Ensino Fundamental Completo.
- Ensino Médio Incompleto.
- Ensino Médio Completo.
- Ensino Superior Incompleto.
- Ensino Superior Completo.
- Outro: _____.

2- No Assentamento há atividades realizadas em grupos? Marque um ou mais itens:

- Festividades e comemorações: _____.
- Associações de moradores.
- Reuniões Comunitárias.
- Plantios Coletivos.
- Atividades Religiosas.
- Outras: _____.

3- Quais os principais produtos produzidos no assentamento?. Marque um ou mais itens:

- Produção de grãos para comércio e consumo.
- Cultivo de hortaliças para comércio e consumo.
- Cultivo de frutas para comércio e consumo.
- Cultivo de tubérculos para comércio e consumo.
- Produção de pastagens e forrageiras para comércio e consumo.
- Criação de bovinos para comércio e consumo.
- Criação de ovinos para comércio e consumo.
- Criação de aves para comércio e consumo.
- Criação de eqüinos para comércio e consumo.
- Outros: _____.

4- Dentro do Assentamento há a produção de itens e a comercialização destes produtos na cidade?

- Sim

Não

Quais seriam estes itens:_____.

5- Sua renda Familiar vem de qual atividade rural?

6- Há investimentos por parte dos governos locais no assentamento onde você reside?

7-Há cursos como: artesanato, manejo de alimentos, produção de gado de leite e de corte, derivados de leite, geração e renda; que sejam ofertados para a comunidade assentada?

Sim.

Não.

Quais cursos;_____.

8- Para a comercialização dos produtos na cidade há uma organização de um grupo definido que organiza as atividades:

9-Você considera a atividades rural suficiente para manter a renda da família

Não

Sim

10- Você considera a organização interna do Assentamento:

Regular

Boa

Ótima

Péssima.

11- Como foi o processo de implementação do Assentamento na localidade? Como os demais moradores que não fazem parte do Assentamento receberam o novo conjunto de famílias?

12- Qual o tamanho da sua propriedade?_____

13- Quantos membros a família possui?_____

15- Qual a sua cidade natal ?_____

16- Onde você comercializa os produtos que produz?_____

17- Qual a sua renda familiar mensal?_____

18-Os produtos produzidos pela comunidade Assentada abastecem as necessidades da comunidade rural como: escolas, bares, bazares, criatórios através de ração, venda de gado para abate ou produção de leite, venda de suínos etc.

19- O que hoje é uma na comunidade assentada Ex: cursos, estradas, amparo Municipal, Políticas Publicas, etc.
